



Veículo: Diário do Pará		
Data: 09/06/2017	Caderno: Cidade	Página: 05
Assunto: Violência		
Tipo: Notícia	Ação: Espontânea	Classificação: Neutra

Direitos Humanos cobra ação contra **violência**

Cintia Magno

cintia.magno@diariodo
para.com.br

Instituições ligadas à preservação dos direitos humanos se reuniram, na manhã da última quinta-feira, para cobrar respostas do poder público quanto à situação de extrema violência e execuções na Região Metropolitana de Belém (RMB). Reunidos na Cúria Metropolitana de Belém, representantes de pelo menos seis entidades reforçaram os absurdos ocorridos nos últimos episódios de violência ocorridos na capital, como a chacina ocorrida na última terça-feira, no bairro da Condor.

O coordenador da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Belém, padre Bruno Secchi, destacou que a reunião de tantos órgãos ligados à luta pela defesa dos direitos humanos surgiu

da necessidade de marcar uma posição de indignação frente o crescimento exacerbado do número de mortes com características de execução na RMB.

Utilizando como base um estudo o estudo “Cenário da Infância e Adolescência no Brasil”, realizado pela Fundação Abrinq, o padre destacou que a ocorrência de assassinatos da juventude não é uma novidade. Os dados mais recentes utilizados pela pesquisa apontam que em 2015 os registros já vinham dando indícios da dimensão do problema. “Em 1996, o Pará tinha 45 mortes por arma de fogo com vítimas entre 0 e 19 anos. Em 2015, esse número passou para 469, o que significa um aumento de mais de 1.000%”, destacou.

Estudando os fenômenos da segurança pública no Estado do Pará há mais de 20 anos, o professor da Univer-

sidade Federal do Pará (UFPA), Jean-François Deluchey, lembrou que ainda em 2011 um crime parecido mobilizou entidades que cobraram respostas e políticas públicas do Governo do Estado. Até hoje, porém, não se percebe uma ação efetiva para frear esse tipo de crime. “Após a ‘Chacina de Icoaraci’ o Governo do Estado foi informado dessas práticas de execução e nada foi feito a não ser um comitê de monitoramento que, pelo que sei, não deu em nada”, destacou.

Somente nos primeiros seis meses de 2017, Belém já contabiliza quatro chacinas. Na última execução registrada, na Condor, cinco pessoas foram mortas e outras 14 ficaram feridas. Representando a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), Eliana Fonseca cobrou providências quanto a esses crimes. “Esse não é mais um crime de grupos de extermínio, é um crime de Estado! Estamos indignados e não vamos recuar com as cobranças”.

AÇÕES

Dentre as ações previstas pelas entidades, um Tribunal Social do Extermínio deve ser organizado pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Belém. A ideia é que a simulação ocorra em novembro deste ano como uma forma de mobilizar a sociedade e cobrar respostas do poder público.

Conselheiro Estadual do Direito da Criança e do Adolescente, Max Costa destacou que uma audiência está prevista para a tarde da próxima terça-feira na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para discutir a situação de violência também nos centros de recuperação, lembrando o caso do adolescente morto dentro do Centro Socioeducativo Masculino (CSEM) no último sábado (3). Quanto à chacina da Condor, ele destaca que também cobrará providências. “Temos uma assembleia ordinária no conselho e vou cobrar uma posição firme do Governo relativo às duas crianças que foram baleadas durante a chacina”.

A Ouvidoria do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará também pretende sugerir uma medida direcionada especificamente para este tipo de crime.



Entidades de Direitos Humanos acusam o governo de não conseguir frear a violência no Pará FOTO: FERNANDO ARAÚJO